

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Extensão Universitária e EJA: ruptura com o silenciamento das questões raciais

University Extension and YAE: break with the silencing of racial issues

Extensión Universitaria y EJA: rompiendo con el silenciamiento de las cuestiones



Ana Paula de Abreu Costa de Moura

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil,

anapaulaabreumoura@gmail.com



Solange Alves de Souza Rodrigues

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil,

solasr27@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar elementos que corroboram a importância da ruptura com o silenciamento sobre as questões raciais na Educação Superior. Nele, são tecidas reflexões sobre a inserção da temática em ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da Extensão Universitária, direcionadas para a Educação de Jovens e Adultos, utilizando como objeto maior de reflexão a experiência do Curso de Formação de Alfabetizadores. Tendo como base o pensamento de Paulo Freire e as contribuições de pesquisadores como Almeida (2021) e Gomes (2002, 2005a, 2005b), o artigo ressalta a relevância de se compreender as relações raciais a partir dos condicionantes sociais, políticos e econômicos de nosso país. Destaca ainda, o papel fundamental que as práticas

educativas podem desempenhar na construção de uma educação antirracista e, portanto, a importância da incorporação da temática racial nos cursos de formação docente.

Palavras-chave: Questões Raciais; Extensão Universitária; Formação Docente; Educação de Jovens e Adultos.

Abstract: This paper aims to present elements that corroborate the importance of breaking away from the silencing of racial issues in college education. It contains observations on the insertion of the theme in extensionist actions developed within the University Extension scope, directed to Youth and Adults Education, using the experience of the Literacy Teachers Training Course as the main object of reflection. Based on Paulo Freire's philosophy and the contributions of researchers such as Almeida (2021) and Gomes (2002, 2005a, 2005b), the study emphasizes the need of understanding race relations from the perspective of Brazilian social, political and economic conditioning factors. It also highlights the fundamental role that educational practices can play in an anti-racist education's construction and, therefore, the importance of incorporating the ethnic-racial theme in teacher training courses.

Keywords: Ethnic-Racial Issues; University Extension; Teacher Formation; Youth and Adult Education.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo presentar elementos que corroboran la importancia de romper con el silenciamiento sobre las cuestiones raciales en la Educación Superior. En él, se reflexiona sobre la inserción del tema en las acciones de extensión desarrolladas en el ámbito de la Extensión Universitaria, dirigidas a la Educación de Jóvenes y Adultos, utilizando la experiencia del Curso de Alfabetización como objeto mayor de reflexión. A partir del pensamiento de Paulo Freire y de los aportes de investigadores como Almeida (2021) y Gomes (2002, 2005a, 2005b), el artículo enfatiza la importancia de comprender las relaciones

raciales desde las condiciones sociales, políticas y económicas de Brasil. También destaca el papel fundamental que pueden jugar las prácticas educativas en la construcción de una educación antirracista y, por tanto, la importancia de incorporar temas raciales en los cursos de formación docente.

Palabras-clave: Cuestiones Raciales; Extensión Universitaria; Formación de Profesores; Educación de Jóvenes y Adultos.

Data de submissão: 24/06/2022

Data de aprovação: 08/12/2022

Introdução

Este artigo traz os resultados de um trabalho de cunho teórico-prático, desenvolvido no contexto da Extensão Universitária (EU) de uma universidade pública e discute a inserção da temática racial nas ações extensionistas desenvolvidas por um programa que atua com Educação de Jovens e Adultos (EJA). Criado ao final do ano de 2003, o programa é composto por distintos projetos na área de alfabetização, formação docente e oficinas literárias, e traz como fundamentação teórica os pressupostos epistemológicos da Educação Popular e a Filosofia Educacional de Paulo Freire, imprimindo um movimento de retroalimentação entre suas ações, que envolvem as três dimensões da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão.

No contexto desta abordagem acadêmica, a EU é entendida a partir da definição do conceito pactuado pelo Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), que a compreende como processo educativo, cultural e científico que, articulado às outras dimensões da Universidade, contribui para a construção de novos saberes por meio da interação da desta com os demais setores da sociedade, viabilizando uma ação transformadora da realidade. Através da interação dialógica com diferentes instituições e segmentos da sociedade, a equipe do programa se depara com inúmeras situações e questionamentos que nos levam não só a construir

respostas para as ações desenvolvidas como também a ressignificar os conhecimentos da própria Universidade.

Ao integrar as três dimensões da Universidade no desenvolvimento de ações em EJA, o programa reforça a perspectiva do Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (BRASIL, 2000), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para essa modalidade de ensino, quando destaca que as funções básicas das instituições formadoras deverão associar a extensão à pesquisa e à docência. O parecer alerta, ainda, para a importância da preparação do docente para a atuação nas classes de EJA, de forma a entender e respeitar a complexidade diferencial desta modalidade de ensino.

Nesse sentido, a abordagem da questão racial na formação do docente que atua na EJA se faz necessária para a compreensão da própria constituição da modalidade, pois permite identificar que sua raiz é histórico-social e que também resulta da desigualdade de acesso da população negra ao processo de escolarização no Brasil, o que acaba por explicar traços comuns ao perfil dos sujeitos que buscam a EJA. Além disso, a abordagem possibilita atender ao estabelecido pela Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003), que inclui no currículo da Educação Básica a obrigatoriedade da discussão da História e da Cultura Afro-brasileira, propiciando a construção de abordagens que articulem o trabalho pedagógico à luta antirracista em nosso país.

As ações tiveram sua origem nas classes do Projeto de Alfabetização para Jovens e Adultos de Espaços Populares e, posteriormente, passaram a ocupar espaço no Núcleo de

Pesquisa e nas edições do Curso de Formação de Alfabetizadores que compõem o programa. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar elementos que corroboram a importância de ruptura com o silenciamento sobre as questões raciais na Educação Superior, tendo como objeto maior de nossa atenção a experiência vivenciada nas aulas do curso “Formação de Alfabetizadores para Educação de Jovens e Adultos”.

Cabe destacar que o trabalho apresentado traz um enfoque teórico-prático, que se concretiza a partir da perspectiva da metodologia participativa (THIOLLENT, 2003) ao estimular a reflexão e a atuação coletiva dos sujeitos envolvidos no processo educativo, procurando identificar seus conhecimentos e experiências e envolvê-los na construção de soluções para as questões colocadas. Buscamos, com isso, qualificar as ações educativas que envolvem a discussão da questão racial na EJA através da problematização de práticas racistas arraigadas em nosso cotidiano, para que os educadores possam fazer a passagem da identificação e da constatação das problemáticas observadas para a realização de ações que promovam mudanças, ajudando-nos a desconstruir estereótipos e atitudes racistas.

O artigo está organizado em: 1) introdução, com a apresentação da problemática; 2) fundamentação teórica, com o diálogo sobre concepções de *Extensão Universitária, questões raciais e Educação de Jovens e Adultos*; 3) percursos metodológicos, e 4) discussão e considerações finais, com os

resultados do trabalho e a reafirmação da necessidade de ruptura com o silenciamento das discussões raciais nos espaços acadêmicos.

Extensão Universitária: espaço de produção de conhecimento

O trabalho desenvolvido a partir de ações extensionistas nos coloca, necessariamente, em diálogo com segmentos e sujeitos externos à universidade, o que nos permite tecer reflexões, elaborar ações e construir conhecimentos não só do lugar da Universidade, mas desse lugar em diálogo com distintas realidades. Consideramos importante explicitar sobre qual concepção estamos pautando nosso trabalho, uma vez que, não raro, essa dimensão da Universidade é associada equivocadamente à filantropia ou à doação de saberes dos seres que produzem conhecimento de forma unilateral para aqueles que apenas o recebem.

No livro *Extensão ou Comunicação?*, Freire (2011) critica o termo extensão, submetendo-o a uma análise semântica que mostra que, em seu campo associativo, o termo guarda intrínseca relação com uma forma de doação, transmissão, invasão cultural, o autor afirma que “[...] nesta acepção, quem estende, estende alguma coisa (objeto direto da ação verbal) a ou até alguém (objeto indireto da ação verbal), aquele que recebe o conteúdo do objeto da ação

verbal” (FREIRE, 2011, p. 16, grifos no original). Nessa perspectiva, o termo extensão nos remeteria à ideia de que o conteúdo da ação extensionista seria escolhido pela Universidade sem interlocução com os sujeitos envolvidos na ação, pois intenciona estender o conhecimento produzido para além de seus muros, entendendo o outro como público-alvo receptor e não como sujeito com o qual se pretende estabelecer interação dialógica.

Essa forma de conceber a EU se coloca de forma diametralmente oposta à ação educativa de caráter libertador, proposta por Freire, em que os conhecimentos construídos estão conectados à experiência global de vida dos educandos. A ação libertadora enfatiza a necessidade de entendermos os educandos como sujeitos históricos, que necessitam pensar criticamente e problematizar sobre si, sobre sua identidade, e sobre suas relações com o mundo diante dos diferentes condicionantes a que estamos submetidos, sejam eles políticos, sociais, econômicos ou culturais.

Na Universidade, a EU assume seu pleno sentido formativo quando articulada às outras ações dos cursos de graduação e licenciaturas, constituindo-se, assim, como prática orgânica, inserida no currículo como um componente pedagógico que efetivamente pode contribuir para aproximar os estudantes da área de conhecimento na qual estão se formando, além de propiciar um espaço de diálogo com outros setores da sociedade. O FORPROEX (2012) estabelece:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, a EU é lugar de encontros, de coletividade, em que é possível estabelecermos uma riqueza de contatos com grande variedade de interlocutores, em que a assunção do compromisso da Universidade em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa pode ser materializada a partir de ações criadoras de espaços de experimentação e desenvolvimento de uma educação mais humanizadora e crítica, formando profissionais socialmente comprometidos e fomentando o diálogo da Universidade com os demais setores da sociedade. Nesse sentido, a EU se constitui como um rico espaço não de transmissão, mas de produção de conhecimento, pois possibilita abordar de forma histórico-social as questões raciais e potencializa o papel que a educação pode desempenhar na luta antirracista.

Questões raciais e EJA: um diálogo necessário

O trabalho com as questões raciais não pode prescindir do pressuposto de que essa discussão mobiliza múltiplas dimensões da organização de nossa sociedade e está envolta em conflito, disputa de poder, naturalização de desigualdades, legitimação da segregação e tentativa de desumanização. Isso faz com que, nesta discussão, estejam incluídos elementos históricos, culturais, econômicos e políticos, possibilitando reflexões sobre si, a partir da relação com o outro e com o mundo. Contudo, a epistemologia dominante brasileira, construiu uma narrativa que nega o conflito e preconiza a democracia racial.

Essa narrativa se pautava no mito da democracia racial, que utiliza como argumento a própria constituição da sociedade brasileira, culturalmente mestiça, para negar a desigualdade social entre brancos e não brancos no Brasil como fruto do racismo e atribuindo a esforços individuais – e não a privilégios herdados, construídos sobre genocídio e exploração de trabalho de escravizados – a razão para a desigualdade social. Com Souza, vemos que o mito é uma fala verbal ou visual que:

[...] objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história e transformá-la em “natureza”. Instrumento formal da ideologia, um mito é um efeito social que pode entender-se como resultante da convergência de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas. Enquanto produto econômico-político-ideológico, o mito é um conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação (SOUZA, 1983, p. 25).

Especificamente sobre o mito da democracia racial, temos o sociólogo Gilberto Freyre apontado como um dos principais autores que divulgaram a suposta harmonia na convivência entre as raças. Seu livro *Casa-Grande e Senzala* (FREYRE, 1998) teve a primeira edição no ano de 1933 e foi amplamente divulgado em vários idiomas. A obra ajuda a propagar a ideia de que, na organização da sociedade brasileira, existiu uma convivência amistosa entre os colonizadores brancos, os indígenas e os negros quando comparada a outras invasões escravistas. Isso, supostamente, teria gerado uma cultura de tolerância racial, justificada pela miscigenação.

O mito ajuda a promover o silenciamento da discussão das questões raciais, constituindo-se como uma das principais formas de racismo, pois, ao não correlacionar as desigualdades sociais brasileiras à própria forma como nossa sociedade foi constituída – dizimando e escravizando os povos indígenas e os negros, e perpetuando essa

desigualdade através de políticas e práticas – acabamos por desvincular essa discussão de dimensões estruturais de nosso país e atribuir o preconceito e a discriminação racial a posturas individuais.

Com Almeida (2021), vemos que a história da constituição das raças está intrinsecamente ligada à história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. Segundo o autor, “[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos [...]” (ALMEIDA, 2021, p. 32).

Assim, o racismo opera como elemento de legitimação da desigualdade socioeconômica, naturaliza espoliação e aviltamento, além de impor o saber eurocêntrico, na medida em que silencia a história e a cultura do povo negro. Com Gomes, vemos que:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores (GOMES, 2005a, p. 52).

Com os autores, identificamos que o racismo é um mecanismo estruturado que naturaliza a desigualdade

social. Com Passos (2012, p. 138-139), vemos que, “Como elemento de estratificação social, o racismo se estruturou na cultura, no comportamento e nos valores dos indivíduos e das organizações da sociedade brasileira, perpetuando uma estrutura de oportunidades desigual para os negros”.

O que a autora aponta é identificado nos dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2020), que apontam para uma sobreposição entre os dados de pobreza, cor e analfabetismo, identificando que, entre pessoas maiores de quinze anos, a taxa de analfabetismo é de 8,9% entre pretos e pardos, o que representa mais do que o dobro do mesmo índice entre pessoas brancas (3,6%).

Frente a esses dados, apesar de muitos estudos destacarem a classe social como elemento central para discutir o analfabetismo no Brasil, vemos a necessidade de correlacionar essa discussão com as questões raciais para avançar na compreensão da constituição da EJA como uma modalidade de ensino da Educação Básica, pois o mesmo racismo que condiciona os negros ao estado de pobreza também lhes nega o acesso à educação, e quando abre uma concessão para esse acesso, ela está vinculada ao melhor uso de sua força de trabalho. Com Gonçalves e Silva (2000, p. 16), vemos que

[...] as escolas noturnas representaram, no período em questão, uma estratégia de desenvolvimento da instrução pública, tendo em seu bojo poderosos mecanismos de exclusão, baseados em critérios de classe (excluía-se abertamente os cativos) e de raça (excluía-se também os negros em geral, mesmo que fossem livres e libertos. Ainda que amparados por uma reforma de ensino, que lhes dava a possibilidade de oferecer instrução ao povo, essas escolas tinham de enfrentar o paradoxo de serem legalmente abertas a todos em um contexto escravocrata, por definição, excludente.

Quando discutimos as relações entre trabalho e educação, não podemos desconsiderar que se, por um lado, o alcance a níveis mais altos de escolaridades não garante uma inserção qualificada no mercado de trabalho, por outro, a não escolarização acaba por determinar uma colocação de forma subalterna. Desse modo, é perceptível que, de forma estrutural, a desigualdade racial cumulativa impõe aos negros as piores posições nos postos de trabalho. Sendo assim, acreditamos que a inserção da discussão das questões raciais na Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para maior compreensão da própria modalidade e de nossa organização social, uma vez que “[...] é necessário reconhecer que a questão racial já está presente na EJA por meio dos sujeitos que participam das práticas educativas voltadas para jovens em todo o país” (GOMES, 2005b, p. 93).

O fato de a questão racial estar inserida na EJA nos impulsiona a construir práticas que possibilitem a reflexão sobre como o racismo vai se naturalizando e conformando as estruturas sociais. É, pois, inconcebível construirmos uma prática educativa que se propõe a ser dialógica e libertadora sem abordarmos a desigualdade social e política a que o povo negro está submetido desde o período de colonização de nossa sociedade e como isso nos afeta atualmente.

Diante da luta pelo reconhecimento da inclusão da questão racial nos currículos e nas práticas na EJA, temos na Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), um dispositivo legal que nos ampara na perspectiva da valorização da identidade negra. Contudo, trazer essa temática para discussão nos leva inevitavelmente a enfrentar conflitos e, talvez, por isso, muitos professores se isentam de inserir em suas aulas diálogos sobre preconceito e racismo, ou mesmo, quando percebem os conflitos raciais, adotam uma postura de silêncio e/ou indiferença. Acreditamos que o silêncio e a indiferença de alguns educadores e educadoras frente aos dilemas que encontram na prática educativa que exigiriam trazer a temática para discussão, talvez estejam relacionados à dificuldade de não se sentirem preparados para conduzir a discussão e com a presença ainda hoje muito forte do mito da democracia racial.

Percursos metodológicos para a inserção da temática racial na formação docente

No ano de 2010, o Núcleo de Pesquisa do Programa realizou um levantamento de dados do perfil dos educandos das 17 turmas – as turmas funcionavam em favelas do entorno da Cidade Universitária – que compunham o Projeto de Alfabetização a fim de subsidiar o planejamento do processo de formação continuada, promovido semanalmente. Os dados obtidos apontaram a maior concentração de negros (74%), além da predominância de mulheres (78%) e adultos (70%), conforme informa o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos da instituição à qual pertence o programa.

Esses dados, assim como relatos dos educadores sobre a postura de discriminação racial dos educandos, que não raro desencadeavam conflitos em sala de aula, levaram-nos a identificar a necessidade de desenvolver ações pedagógicas, nas classes de alfabetização, que abordassem as questões raciais presentes em nossa sociedade. Porém, percebemos que essa discussão ganharia maior potencialidade de alcance se a inseríssemos em outra ação extensionista, direcionada à formação docente, o Curso de Formação de Alfabetizadores para Educação de Jovens e Adultos.

O curso, criado no ano de 2004, anual, atende a duas turmas com cerca de 50 cursistas cada. Tendo a maioria das vagas destinadas à comunidade externa à Universidade –

essa é uma normativa da instituição, realizada através de resolução da Pró-Reitoria de Extensão, que dispõe, em seu artigo 2 § 1º, o seguinte: o público externo terá prioridade na ocupação das vagas ofertadas para os cursos de extensão, devendo ser a maioria do total de vagas –, no perfil dos cursistas, geralmente estão incluídos educadores populares, alunos de graduação de diferentes instituições, professores da Educação Básica, professores recém-formados no Ensino Médio e agentes que atuam junto a grupos comunitários. A escolaridade mínima para a inscrição é o Ensino Médio completo, o que traz uma grande diversidade para as turmas do curso, que se manifesta não só pelo grau de escolaridade, mas, acima de tudo, pela experiência com a docência trazida por cada cursista.

O curso tem carga horária de 60 horas e conta, em seu corpo docente, com professores, servidores técnico-administrativos e estudantes de graduação extensionistas de diferentes unidades acadêmicas. Isso propicia uma abordagem ampla e diversificada do processo alfabetizador. O conteúdo programático do curso é trabalhado de forma teórico-prática, com temáticas como: história da EJA; Filosofia Educacional de Paulo Freire; princípios da Educação Popular; fundamentos e aspectos linguístico-pedagógicos do processo alfabetizador; linguagem matemática; educação e saúde; metodologias de alfabetização; e, questões raciais. Cabe destacar que, embora a discussão da temática já estivesse presente nas

edições do curso de extensão há quase uma década, somente no ano de 2017 foi incluída em sua ementa.

O trabalho com os diferentes conteúdos envolve um movimento de buscar identificar o que os cursistas já trazem de conhecimento sobre a temática abordada, apresentar novos dados e informações e construir sínteses – a partir da reflexão coletiva – que apontem para ações a serem implementadas. O trabalho com a temática racial foi apresentado a partir de duas indagações: 1) Em algum momento de seu processo de escolarização, as questões raciais foram debatidas? 2) Você consegue identificar a importância da inclusão dessa temática nas classes de EJA? Partíamos do pressuposto de que a forma como cada pessoa reagia no momento de apresentação da temática era reveladora da compreensão que trazia sobre a discussão racial.

Logo na abertura do debate, um dos cursistas se posicionou dizendo não ver a necessidade de um curso de formação de alfabetizadores trazer essa discussão, apresentando como justificativa que a alfabetização é algo complexo e que, quando se trata da EJA, o processo se torna mais complexo ainda. Sendo assim, a carga horária do curso deveria ser melhor aproveitada para discutir as questões metodológicas do processo alfabetizador. Fechando sua fala, ele lembrou que o povo brasileiro é resultado de diferentes culturas e que, devido a essa diversidade cultural, falar das questões raciais não teria muito sentido. Neste

último argumento trazido por ele, identificamos reflexos do mito da democracia racial, do qual já falamos neste texto.

Outros cursistas entraram no debate imediatamente, defendendo a importância da discussão. Verificamos que aqueles cursistas que estavam envolvidos em projetos de Educação Popular se colocavam com mais veemência sobre a necessidade da discussão, trazendo relatos de experiências vividas em espaços educativos para defender seus posicionamentos. Naquele momento, explicamos que tínhamos convicção da necessidade de inserção da temática no conteúdo programático do curso e que diante das indagações apresentadas, poderíamos retomar o assunto sobre a importância ou não do debate.

Passado o momento de tensão inicial, retomamos a primeira questão norteadora da discussão: em algum momento de seu processo de escolarização, as questões raciais foram debatidas? Alguns responderam que só se lembravam de terem tido contato com a temática nas disciplinas de História e Geografia, sendo apresentada não como discussão, mas como informação histórica. Muitos que atuam como professores também declararam não levar a temática racial para a sala de aula, pois se sentem inseguros e sem preparo para abordar um assunto com tão grande possibilidade de gerar conflitos para o cotidiano escolar.

Uma única cursista, que se autodeclarou negra, relatou que, na faculdade de Pedagogia, teve a oportunidade de participar de uma disciplina eletiva que a alertou para a

importância dessa discussão. Isto, segundo ela, fez com que, posteriormente, do lugar de professora da rede pública, sempre que possível, levasse a temática racial para a sala de aula. Esse relato reforçou para a equipe a necessidade de manutenção e aprofundamento da discussão nas edições do curso de extensão.

Na sequência a esse momento de troca, lembramos que os sujeitos da EJA também cumprem o papel de educadores de filhos e netos, aumentando ainda mais a importância da preparação docente para a condução dessa discussão. Afinal, precisávamos reafirmar que o espaço de escolarização também ajuda a desconstruir estereótipos e construir distintas interpretações sobre verdades apresentadas, e, portanto, esse espaço tem responsabilidade social e educativa de compreender as questões raciais em sua complexidade.

Após o debate inicial, discutimos o filme “Vista Minha Pele” (VISTA, 2003). Quando chegamos a esse momento da aula, a equipe extensionista que conduzia a discussão – uma docente, uma servidora de cargo técnico-administrativo e uma aluna de graduação – já trabalhava com a ideia de que haveria divergências e necessidade de mediação de conflitos, pois a obra trazia uma inversão da realidade brasileira, apresentando os negros como classe dominante e a luta da jovem protagonista branca para ser aceita no espaço escolar. Convidando o expectador a “vestir a pele” da pessoa que sofre com o preconceito e a discriminação racial, o filme provoca debates e reflexões.

Durante a projeção, imprimimos o movimento, proposto por Freire (1994, p. 68), de leitura de classes como se fossem textos, sabendo que era fundamental “[...] bem observar, bem comparar, bem intuir, bem imaginar, bem liberar nossa sensibilidade [...]”. Assim, liberamos nossos sentidos e voltamos a nossa atenção não para o filme, mas para a reação dos cursistas ao assisti-lo. Já durante a projeção, era possível perceber um desconforto, revelado pelas expressões faciais. Em alguns, parecia estar explícito o estranhamento; em outros, a revolta. E ainda havia aqueles que faziam anotações, preparando-se para a discussão posterior. Nos quinze minutos de projeção, os movimentos corporais revelavam incômodos.

A ruptura do silenciamento das questões raciais no espaço acadêmico

A experiência de inserção da temática no Curso de Formação de Alfabetizadores possibilitou a percepção das divergências e a construção das sínteses possíveis. Possibilitou, ainda, a constatação da forma como o racismo afeta não só as pessoas que não se incomodam em se mostrar racistas, mas também as pessoas que defendem um ponto de vista antirracista, aquelas que defendem o fim do preconceito racial. A postura de não acreditar na importância da discussão, a postura de não ver o espaço acadêmico como espaço de debate dessa temática, era visível pelo medo de uns e pela arrogância de outros.

A discussão foi intensa e foi possível perceber a resistência de parte significativa dos cursistas em falar da questão racial. Durante o debate, um cursista negro chegou a verbalizar o constrangimento de perceber a suspeição revelada nos olhares das pessoas, devido à cor da sua pele. Em resposta, outro cursista não negro disse que não existia racismo no Brasil e que algumas pessoas “de cor” sofriam era com o complexo de inferioridade. O debate, apesar de acalorado, promoveu o consenso de que o silêncio e a negação da temática contribuem para a persistência do racismo. Sobre essa questão, Henriques (2003, p. 13) ressalta que:

O silêncio oculta o racismo brasileiro. Silêncio institucional e silêncio individual. Silêncio a que nos habituamos, convencidos, por vezes, da pretensa cordialidade nacional ou do elegante “mito da democracia racial”. Mito que sobrevive como representação idealizada de nossa sociedade, sinalizando com a construção de uma sociedade tolerante e inclusiva.

A tessitura de reflexões nos apontou a necessidade de romper com o silêncio que predomina sobre as questões raciais nos espaços educativos e o grupo foi convidado a formular ações alfabetizadoras que tivessem esse objetivo. Esse trabalho de formulação propiciou maior compreensão da dimensão do que nos propomos ao discutir a questão racial nos espaços educativos, pois trazemos o grande desafio de “[...] construir uma identidade negra positiva em

uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo [...]” (GOMES, 2005a, p. 43). Desse modo, reforçamos que a discussão racial no Brasil é uma questão social, política e cultural que deve envolver todos e não só a população negra.

Assim, compreendemos que “O olhar lançado sobre o negro e sua cultura no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças, quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las” (GOMES, 2002, p. 39). Daí a importância de as ações de EU incorporarem a discussão da temática racial em diferentes contextos, de modo a fortalecer as práticas educativas. Essa incorporação, em especial nos processos de formação inicial e continuada, pode permitir identificar as diferentes formas de aderência (FREIRE, 1987) ao discurso opressor – materializadas no mito da democracia racial – nas microrrelações presentes no cotidiano escolar e oferecer elementos para a elaboração de ações pedagógicas antirracistas.

Considerações Finais

A inserção da discussão da temática nas ações do Programa de Extensão, em especial no Curso de Formação de Alfabetizadores para Educação de Jovens e Adultos, possibilitou-nos um rico espaço de debate, de reflexão coletiva e de desconstrução de mitos e preconceitos. Nos

distintos momentos do processo formativo, debatemos diferentes tópicos: a luta pela visibilidade das intelectuais negras; o currículo hegemônico branco; o racismo estrutural; o reconhecimento do sujeito negro como produtor de conhecimento; e, a necessidade da reeducação das relações raciais. Em todos os momentos de discussão, destacamos a importância de entender os condicionantes sociais, políticos e econômicos que permeiam a questão racial em nosso país.

Assim, ao longo das edições, adotamos abordagens variadas para inserir a discussão no curso. Porém, sempre buscamos situá-la na perspectiva histórico-social. Na última edição, em fevereiro de 2020, optamos por iniciar a discussão com a apresentação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, buscando correlacionar dados da educação, do mercado de trabalho, de moradia e de distribuição de renda às questões raciais, convidando os cursistas a construir interpretações sobre os dados. Foi um momento de extrema riqueza, pois ficou evidente na discussão que a questão racial precisa ser compreendida a partir de múltiplas dimensões de nossa sociedade: econômica, política, cultural e social.

Contudo, a riqueza dessa inserção esteve presente não só nas discussões durante as aulas do curso, mas também na autoavaliação que a própria equipe foi impulsionada a realizar. Nesse sentido, cabe aqui uma autocrítica, pois, durante muitos anos, inserimos as questões raciais a partir de “pinceladas da discussão”.

Somente em 2017, após quatorze anos de existência do curso, formalizamos a inserção da temática em sua ementa. O que nos impôs algumas questões para reflexão: por que essa inserção aconteceu de forma tão tardia? De que forma essa invisibilidade da temática é reflexo do racismo? Como uma equipe composta por pessoas majoritariamente negras demorou tanto a formalizar essa discussão? Como pudemos pretender realizar uma prática educativa emancipatória (FREIRE, 1987) sem refletir sobre a desigualdade social e política em que a raça negra está submetida ao longo dos anos desde o período colonial? Quais os receios de incorporação dessa discussão? Quais as contribuições que ela pode trazer para construirmos práticas emancipatórias na EJA?

Em estudos teóricos e em práticas educativas vamos encontrando respostas para essas questões, mas gostaríamos de destacar três que identificamos como grandes propulsoras da ruptura com o silenciamento sobre as questões raciais que desenvolvemos no âmbito da EU. São elas: 1) a força das lutas implementadas pelo Movimento Negro, que, ao denunciar as variadas formas de racismo, convocava-nos a incorporar a discussão e a construir ações antirracistas; 2) as distintas situações vividas na prática extensionista envolvendo a questão racial que exigiam respostas; e, 3) a implantação de políticas afirmativas nos cursos de graduação, amparadas pela Lei 12.711/12 (BRASIL, 2012), que possibilitou o aumento de extensionistas negros no programa e intensificou os

questionamentos relativos à temática racial advindos dos debates nas reuniões de equipe.

A cada edição do curso, é possível perceber o quanto as diferentes reflexões e discussões – tecidas a partir da interação dialógica, com sujeitos de espaços tão diversificados – nos possibilitam o repensar de nossas ações, que, muitas vezes, acaba por ressignificar a própria produção do conhecimento pela Universidade e seu fazer acadêmico. Consideramos que a inserção da temática no curso e a busca de respostas para as questões acima já se configuram como movimentos extremamente enriquecedores provocados pela EU, que comumente nos convida a sair do nosso “lugar de conforto” e a nos confrontar com nossos próprios dilemas e contradições, num movimento constante de desconstrução e reconstrução.

No caso específico da discussão racial, as ações extensionistas desenvolvidas foram impondo um movimento de ruptura com o silenciamento dessa temática no espaço acadêmico. Afinal, se o racismo foi histórico e socialmente construído e, como nos lembra Mandela, as pessoas aprendem a odiar, a postura racista não é inata, temos o dever de construir políticas e práticas antirracistas. Neste sentido, o ato educativo pode se constituir como uma importante ferramenta para a construção de uma sociedade em que a igualdade racial esteja presente e toda e qualquer prática de preconceito e discriminação racial seja denunciada. Isso impõe a cada educadora e a cada

Extensão Universitária e EJA: ruptura com o silenciamento das questões raciais

Ana Paula de Abreu Costa de Moura • Solange Alves de Souza Rodrigues

educador o necessário movimento de pesquisar mais sobre a história da cultura africana e afro-brasileira.

Referências

ALMEIDA, SÍLVIO LUIZ DE. **RACISMO ESTRUTURAL**. SÃO PAULO: SUELI CARNEIRO; JANDAÍRA, 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGEEDUCA: JOVENS. CONHEÇA O BRASIL - POPULAÇÃO. **EDUCAÇÃO**. RIO DE JANEIRO: IBGE, [2020]. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/2PJJYNS](https://bit.ly/2pJJYNS). ACESSO EM: 27 SET. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA INCLUIR NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA “HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/3B13MQU](https://bit.ly/3b13MQU). ACESSO EM: 28 SET. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012**. DISPÕE SOBRE O INGRESSO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/3MUXwOO](https://bit.ly/3MUXwOO). ACESSO EM: 26 SET. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **PARECER CNE/CEB Nº 11/2000**, DE 10 DE MAIO DE 2000. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. BRASÍLIA, DF: MEC, CNE, CEB, 2000. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/3xMDxxA](https://bit.ly/3xMDxxA). ACESSO EM: 28 SET. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018. ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E REGIMENTA O DISPOSTO NA META 12.7 DA LEI Nº 13.005/2014, QUE APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE 2014-2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. BRASÍLIA, DF: MEC, CNE, CEB, 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/3APLcC8](https://bit.ly/3APLcC8). ACESSO EM: 28 SET. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. MANAUS: FORPROEX, 2012. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/2VFOjTE](https://bit.ly/2VFOjTE). ACESSO EM: 28 SET. 2021.

FREIRE, PAULO. **EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO?** SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2011.

FREIRE, PAULO. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO.** RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1987.

FREIRE, PAULO. **PROFESSORA SIM, TIA NÃO:** CARTAS A QUEM OUSA ENSINAR. SÃO PAULO: OLHO D'ÁGUA, 1994.

FREYRE, GILBERTO. **CASA-GRANDE & SENZALA.** RIO DE JANEIRO: [EDITORA RECORD](#), 1998.

GOMES, NILMA LINO. ALGUNS TERMOS E CONCEITOS PRESENTES NO DEBATE SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: UMA BREVE DISCUSSÃO. IN: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:** CAMINHOS ABERTOS PELA LEI FEDERAL Nº 10.639/03. BRASÍLIA, DF: MEC, SECAD, 2005A. P. 39-62. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/2JlDwQ](https://bit.ly/2JlDwQ). ACESSO EM: 28 SET. 2021.

GOMES, NILMA LINO. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E QUESTÃO RACIAL: ALGUMAS REFLEXÕES INICIAIS. IN: SOARES, LEÔNCIO; GIOVANETTI, MARIA AMÉLIA; GOMES, NILMA LINO (ORG.). DIÁLOGOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. BELO HORIZONTE: AUTÊNTICA, 2005B. P. 87-104.

GOMES, NILMA LINO. EDUCAÇÃO E IDENTIDADE NEGRA. **ALETRIA:** REVISTA DE ESTUDOS DE LITERATURA, ALTERIDADES EM QUESTÃO, BELO HORIZONTE, V. 9, P. 38-47, DEZ. 2002. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/3xMOWaj](https://bit.ly/3xMOWaj). ACESSO EM: 28 SET. 2021.

GONÇALVES, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA; SILVA, PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES E. MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**, SÃO PAULO, N. 15, P. 134-158, SET./OUT./NOV./DEZ. 2000. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BIT.LY/3QkigGW](https://bit.ly/3QkigGW). ACESSO EM: 28 SET. 2021.

HENRIQUES, RICARDO. SILÊNCIO: O CANTO DA DESIGUALDADE RACIAL. IN: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (ORG.). **RACISMOS CONTEMPORÂNEOS.** RIO DE JANEIRO: TAKANO Ed., 2003. P. 13-17.

PASSOS, JOANA CÉLIA DOS. AS DESIGUALDADES NA ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **EJA EM DEBATE**, FLORIANÓPOLIS, v. 1, n. 1, p. 137-158, NOV. 2012. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.IFSC.EDU.BR/INDEX.PHP/EJA/ARTICLE/VIEW/998/PDF](https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/998/pdf). ACESSO EM: 27 SET. 2021.

SOUZA, NEUSA SANTOS. **TORNAR-SE NEGRO**: AS VICISSITUDES DA IDENTIDADE DO NEGRO BRASILEIRO EM ASCENSÃO SOCIAL. RIO DE JANEIRO: GRAAL, 1983.

THIOLLENT, MICHEL. METODOLOGIA PARTICIPATIVA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. *In*: THIOLLENT, MICHEL ET AL. (ORG.). **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**: CONCEITOS, MÉTODOS E PRÁTICAS. RIO DE JANEIRO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2003, p. 57-67.

VISTA MINHA PELE. DIREÇÃO: JOEL ZITO ARAÚJO. RIO DE JANEIRO: CEERT – CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES, 2003. 1 DVD (24 MIN), DVD, SON., COLOR.